



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

CREDENCIAMENTO N.º 2/2025

CREDENCIANTE (UASG)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM (929035)

OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DA ÁREA ODONTOLÓGICA, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LASERTERAPIA, SERVIÇOS ESSES A SEREM REALIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO CREDENCIADO, SEJA EM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO OU HOSPITAL CREDENCIADO.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 30.000,00

VIGÊNCIA DO EDITAL

PERMANENTE

NO PERÍODO DE 01/08/2025 ATÉ 31/10/2025

ACESSO AO EDITAL

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP

Site do IPAM, www.ipamcaxias.rs.gov.br, no menu “Licitações” – “Chamamento Público n.º 2/2025”



SUMÁRIO

1	DO OBJETO	3
2	DO CREDENCIAMENTO	3
3	DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO	4
4	DO REGISTRO DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO	4
5	DA HABILITAÇÃO	5
6	DO PRAZO PARA ANÁLISE DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	7
7	DA FORMA E PRAZOS DE INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS, IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	7
8	DA HOMOLOGAÇÃO E ENCERRAMENTO DO PROCEDIMENTO	8
9	DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	8
10	DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO	8
11	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	8



EDITAL

CREDENCIAMENTO N.º 2/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO - PROA N.º 25/9120-0001178-6

Torna-se público que o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM**, Autarquia do Município de Caxias do Sul, RS, com sede na rua Pinheiro Machado, n.º 2269, Centro, CEP 95020-172, realizará **CREDENCIAMENTO**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1

DO OBJETO

- 1.1** O objeto do presente Edital é o credenciamento de pessoa física ou jurídica da área odontológica, especializada na prestação de serviços de laserterapia, serviços esses a serem realizados nas dependências do credenciado, seja em consultório odontológico ou hospital credenciado. O objeto específico de que trata esta contratação se refere ao tratamento das mucosites orais e de orofaringe decorrentes de quimioterapia e/ou radioterapia nos tratamentos de câncer de cabeça e pescoço ou câncer hematopoiético, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2

DO CREDENCIAMENTO

- 2.1** O credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do Edital e será realizado, observadas as seguintes fases externas:
- 2.1.1** de divulgação do Edital de credenciamento;
 - 2.1.2** de registro do requerimento de participação/proposta;
 - 2.1.3** de habilitação;
 - 2.1.4** recursal; e
 - 2.1.5** de divulgação da lista de credenciados.



3

DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

- 3.1** O Edital e seus Anexos serão divulgados no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, e no *site* do IPAM, www.ipamcaxias.com.br, no menu “Licitações” – “Chamamento Público n.º 2/2025”
- 3.2** O Edital e seus Anexos será divulgado e mantido à disposição no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.
- 3.3** As modificações no Edital serão publicadas no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e observarão os prazos inicialmente previstos neste Edital, respeitando o tratamento isonômico dos interessados.

4

DO REGISTRO DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1** Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e apresentar requerimento de participação/proposta, conforme modelo Anexo a Termo de Referência, com a indicação de sua intenção de se credenciar para o atendimento do objeto.
- 4.1.1** A entrega do requerimento de participação/proposta em conformidade com o previsto neste Edital e seus Anexos significa o aceite dos valores fixados pelo IPAM, para pagamento dos serviços a serem prestados.
- 4.2** Cada interessado declarará, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas na legislação, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de seu requerimento de participação/proposta com as exigências deste Edital.
- 4.2.1** A falsidade da declaração de que trata o subitem anterior sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade penal.
- 4.3** É vedada a participação no processo de credenciamento de Pessoa Jurídica que:
 - 4.3.1** esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal;
 - 4.3.1.1** o IPAM interpretará o disposto no subitem acima, de acordo com a Orientação Normativa n.º 78/2023 da Advocacia Geral da União.
 - 4.3.2** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.4** A inscrição do interessado para este credenciamento mediante apresentação de requerimento de participação/proposta acompanhado dos documentos de habilitação implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



- 4.5** O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos no Termo de Referência será credenciado pelo IPAM, com a possibilidade de, no interesse da Administração ser convocado para executar o objeto.
- 4.6** Quando convocado para execução do objeto, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência para fins de assinatura do termo de credenciamento ou outro instrumento hábil.
- 4.7** Os interessados deverão apresentar para registro o requerimento de participação/proposta e os documentos exigidos neste Edital e seus Anexos, por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme previsto no Termo de Referência.
- 4.8** O período para recebimento do requerimento de participação/proposta e dos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos será de 01/08/2025 até 31/10/2025.
- 4.9** O credenciamento não estabelece exclusividade e nem reserva da capacidade do credenciado, e, igualmente, não estabelece nenhuma garantia ou obrigatoriedade de solicitação do objeto, não cabendo ao IPAM, nenhum dever de indenizar o credenciado pelo tempo que, porventura, ficar sem demandar o objeto.
- 4.10** O credenciamento também não gera qualquer obrigação, inclusive monetária por parte do IPAM ao credenciado, que porventura e/ou eventualmente não seja convocado pelo IPAM.
- 4.11** Da mesma forma, o credenciamento não gera para o credenciado nenhuma obrigação na realização do objeto, cuja disponibilidade não seja acordada entre as partes.
- 4.12** O mesmo interessado poderá ser credenciado para executar mais de um objeto, desde que atenda aos requisitos de habilitação em relação a todos os objetos.

5

DA HABILITAÇÃO

- 5.1** O processo de credenciamento será realizado pela Comissão de Contratação, que analisará os documentos de habilitação à medida que forem sendo apresentados pelos interessados, por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 5.2** A Comissão de Contratação verificará se o participante atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 4.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.2.1** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 5.2.2** Sistema Integrado de Registro do CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e do CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência);
- 5.2.3** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;



- 5.2.4** Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 5.3** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992.
- 5.3.1** Para o participante pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 5.2.2 a 5.2.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 5.4** Caso conste na consulta de situação do participante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN n.º 3/2018, artigo 29, caput).
- 5.4.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN n.º 3/2018, artigo 29, §1º).
- 5.4.2** O participante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN n.º 3/2018, artigo 29, §2º).
- 5.4.3** Constatada a existência de sanção, o participante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.
- 5.5** Para habilitação como credenciado serão exigidos os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação, nos termos do disposto nos artigos 62 ao 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 5.6** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos, exceto em fase de diligência para:
- 5.6.1** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos interessados desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou
- 5.6.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.
- 5.7** A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.
- 5.8** Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem a sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observada a possibilidade de convalidação dos atos pela própria Administração.
- 5.9** A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte observará o disposto no artigo 42 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de agosto de 2006.
- 5.10** O acompanhamento de todas as etapas do credenciamento será de inteira responsabilidade dos interessados, que deverão tomar ciência dos resultados por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 5.11** Após análise e julgamento dos documentos será lavrado Termo de Julgamento, submetido à homologação da autoridade superior.



6

DO PRAZO PARA ANÁLISE DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 6.1** A análise da documentação exigida será realizada pela Comissão de Contratação a partir do efetivo recebimento dos documentos especificados no Termo de Referência.
- 6.2** Durante o período de análise a Comissão de Contratação deverá examiná-los no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de seu recebimento.
- 6.3** Os participantes deverão apresentar para fins de credenciamento os documentos relacionados no Termo de Referência e, quando solicitado, apresentar documentos complementares aos documentos de Habilitação Jurídica; Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista; Habilitação Técnica e Habilitação Econômico-financeira.

7

DA FORMA E PRAZOS DE INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS, IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 7.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, por meio do correio eletrônico (e-mail) certames@ipamcaxias.rs.gov.br.
- 7.1.1** A Comissão de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
- 7.1.2** Em caso de acolhimento da impugnação, o Edital retificado será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.
- 7.1.3** A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da Comissão de Contratação será motivada nos autos.
- 7.1.4** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no *site* do IPAM, www.ipamcaxias.com.br, no menu “Licitações” – “Chamamento Público n.º 2/2025” no prazo estabelecido no subitem 7.1.1.
- 7.2** Após a decisão da Administração sobre a habilitação, o interessado poderá, conforme definido em Edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, por meio do correio eletrônico (e-mail) certames@ipamcaxias.rs.gov.br.
- 7.2.1** O interessado poderá interpor recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
- 7.2.2** O recurso será dirigido à Comissão de Contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.
- 7.2.3** A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da



data de recebimento dos autos.

8

DA HOMOLOGAÇÃO E ENCERRAMENTO DO PROCEDIMENTO

- 8.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- 8.1.1** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - 8.1.2** revogar o certame por motivo de conveniência e oportunidade;
 - 8.1.3** proceder à anulação do certame, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que apresente ilegalidade insanável;
 - 8.1.4** inexistindo vícios, a autoridade competente homologará o resultado e determinará a publicação da lista de credenciados.

9

DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

- 9.1** O resultado, com a lista dos credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no Termo de Referência será publicado no Diário Oficial do Município e estará permanentemente disponível e atualizado no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

10

DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO

- 10.1** O Edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da Administração.
- 10.1.1** Na hipótese de anulação do Edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos artigos 147 ao artigo 150 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
 - 10.1.2** A revogação do Edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1** A homologação do resultado deste procedimento não implicará direito à contratação.



- 11.2** As normas disciplinadoras deste procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.3** Os participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus requerimentos de participação/propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 11.4** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.5** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.6** Em caso de divergência entre as especificações e quantidades do objeto contidas no Sistema SIASG e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as contantes nesse último.
- 11.7** As despesas decorrentes da contratação dos serviços, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo indicada, e na extinção dela, aquela que vier a substituí-la:

ÁREA DA SAÚDE DO IPAM

04.02.10.302.0017.2415 / 3.3.90.36.00.00.00.00 1501 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF

04.02.10.302.0017.2415 / 3.3.90.39.00.00.00.00 1501 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ

- 11.8** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO	MODELO
I	TERMO DE REFERÊNCIA (TENDO COMO APÊNDICE O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)
II	MODELO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO CREDENCIAMENTO
III	TERMO DE CREDENCIAMENTO

Caxias do Sul, data da assinatura digital.

GUSTAVO DA SILVA MACHADO
Presidente do IPAM
Assinatura digital ao final do arquivo



ANEXO I

Considera-se o mesmo conteúdo do Termo de Referência - TR e do Estudo Técnico Preliminar - ETP (Apêndice ao TR) que deram abertura ao processo.



ANEXO II

HOMOLOGAÇÃO

Acolho o julgamento e a habilitação realizados pela Comissão de Contratação do IPAM, juntamente com a Coordenação Odontológica do IPAM, referente ao Credenciamento n.º 2/2025, processo administrativo n.º 25/9120-0001178-6, que visa o credenciamento de pessoa física ou jurídica da área odontológica, especializada na prestação de serviços de laserterapia, serviços esses a serem realizados nas dependências do credenciado, seja em consultório odontológico ou hospital credenciado. O objeto específico de que trata esta contratação se refere ao tratamento das mucosites orais e de orofaringe decorrentes de quimioterapia e/ou radioterapia nos tratamentos de câncer de cabeça e pescoço ou câncer hematopoiético, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos. Homologo o resultado para que o(s) prestador(es) de serviços abaixo relacionado(s) seja(m) convocado(s) para assinatura de termo de credenciamento:

LASERTERAPIA			
PESSOA		NOME DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA	CPF/CNPJ
FÍSICA	JURÍDICA		

Dê-se ciência aos interessados.

Caxias do Sul, de de 202..... .

GUSTAVO DA SILVA MACHADO
Presidente do IPAM



ANEXO III

TERMO DE CREDENCIAMENTO

N.º/20.....

PESSOA FÍSICA/JURÍDICA

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM E, DA
ÁREA ODONTOLÓGICA, ESPECIALIZADA NA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LASERTERAPIA.

Por este instrumento contratual, de um lado o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM**, Autarquia do Município de Caxias do Sul, RS, inscrito no CNPJ sob n.º 88.892.393/0001-36, com sede na rua Pinheiro Machado, n.º 2269, Centro, nesta cidade, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Gustavo da Silva Machado, adiante denominado **CREDENCIANTE** e, de outro, o prestador de serviços, inscrito no CPF/CNPJ sob n.º, estabelecido na rua, n.º, bairro, cidade de,, representado por seu(u) Responsável Legal, Senhor(a), inscrito no CPF sob n.º, adiante denominado **CREDENCIADO**, celebram o presente Termo de Credenciamento de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 1.1 A presente contratação, com base no Processo Administrativo Eletrônico - PROA n.º 25/9120-0001178-6, de 06/05/2025, na modalidade Inexigibilidade de Licitação através do procedimento auxiliar de Credenciamento n.º 2/2025, reger-se-á pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Municipal n.º 298/2007, Decreto Municipal n.º 21.763/2021 e Decreto Municipal n.º 22.952/2024. Os casos omissos serão decididos pelo Credenciante, segundo as disposições contidas na legislação já referida e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1 Credenciamento de pessoa física ou jurídica da área odontológica, especializada na prestação de serviços de laserterapia, serviços esses a serem realizados nas dependências do credenciado, seja em consultório odontológico ou hospital credenciado. O objeto específico de que trata esta contratação se refere ao tratamento das mucosites orais e de orofaringe decorrentes de quimioterapia e/ou radioterapia nos tratamentos de câncer de cabeça e pescoço ou câncer hematopoiético, nas condições estabelecidas no Edital de Credenciamento n.º 2/2025 e no Termo de Referência e seus Anexos, que são parte deste instrumento, independente de transcrição.
- 2.2 Por meio deste Termo o Credenciado aceita e se declara ciente da íntegra das regras que regerá a relação jurídica entre as partes estabelecidas por meio do Edital de Credenciamento n.º 2/2025.
- 2.3 A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação de requerimento de participação implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1** A contratação vigorará por 5 (cinco) anos, contados da data de publicação do Credenciamento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, ou seja, vigorará até 31/07/2030, prorrogável por até 10 (dez) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

- 4.1** Incumbirá ao Credenciante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 8º, § 2º, da Lei Federal nº 12.527/2011, combinado com o artigo 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

- 5.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Caxias do Sul, RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Credenciamento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.2** E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, para que produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Caxias do Sul, de de 202..... .

Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM
GUSTAVO DA SILVA MACHADO
Presidente do IPAM

Credenciado

Testemunhas:

.....
NOME e CPF

.....
NOME e CPF



TERMO DE REFERÊNCIA

1

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Da Definição do Objeto

1.1.1 Credenciamento de pessoa física ou jurídica da área odontológica, especializada na prestação de serviços de laserterapia, serviços esses a serem realizados nas dependências do credenciado, seja em consultório odontológico ou hospital credenciado. O objeto específico de que trata esta contratação se refere ao tratamento das mucosites orais e de orofaringe decorrentes de quimioterapia e/ou radioterapia nos tratamentos de câncer de cabeça e pescoço ou câncer hematopoiético.

1.1.1.1 Entende-se por beneficiário do IPAM o(a) associado(s) e seus dependentes, devidamente inscritos e cadastrados, cada qual munido de sua respectiva carteira de seguro, física ou digital, acompanhada de documentos oficial com fotografia, em vigor.

1.1.2 Descrição do(s) item(ns) e quantidade(s) da contratação:

1.1.2.1 O procedimento de Laserterapia será custeado, por utilização, conforme tabela a seguir:

CÓDIGO TUSS	PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS / DIAGNÓSTICOS	PARTE IPAM	CONDUTAS / DIRETRIZES	VALOR
30202159	LASERTERAPIA PARA TRATAMENTO DE MUCOSITE ORAL/OROFARINGE, POR SESSÃO.	100%	DUT Nº 51	R\$ 62,36

1.1.3 O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.2 Da Estimativa do Valor da Contratação e Preço(s) Máximo(s)

1.2.1 Os serviços efetivamente prestados pelo Credenciado aos beneficiários do IPAM, serão pagos de acordo com o previsto na tabela acima. Trata-se de prestação de serviços de saúde a ser disponibilizada aos beneficiários do IPAM, no Município de Caxias do Sul, sem histórico de utilização anterior.

1.2.2 O IPAM possui Plano de Contratações Anual, e a previsão contratual do objeto está de acordo com as Leis Ordinárias (PPA, LDO E LOA).

1.3 Da Classificação do Objeto

1.3.1 O objeto desta contratação se enquadra na descrição de serviços técnico-profissionais especializados, aqueles cujas condições padronizadas e o valor da contratação podem ser definidos por edital de chamamento de interessados, conforme o disposto no parágrafo único, inciso III, do artigo 79 da Lei n.º 14.133/2021 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



1.4 Da Vigência da Contratação

- 1.4.1** A contratação vigorará por 5 (cinco) anos, contado(s) da data de publicação do Credenciamento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4.1.1** O objeto desta contratação é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando a justificativa pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 1.4.1.2** A prorrogação de que trata este item é condicionada à:
- 1.4.1.2.1** apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Credenciado;
- 1.4.1.2.2** demonstração de que o valor da contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 1.4.1.2.3** manifestação expressa do interesse do Credenciado na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação;
- 1.4.1.2.4** renovação e/ou complementação da garantia da contratação, se for o caso.

2

DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1** A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, acrescidas do seguinte:
- 2.1.1** **DA ESSENCIALIDADE DO SERVIÇO CONTÍNUO:** Os serviços de assistência à saúde, em geral, são considerados essenciais, uma vez que indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis dos beneficiários do IPAM SAÚDE, entendidas como aquelas que, se não atendidas ou descontinuadas, colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança dos beneficiários do Plano.
- 2.1.2** **DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO POR 5 (CINCO) ANOS:** A vigência inicial da contratação deve ser de 5 (cinco) anos. O prazo longo facilita a organização e o planejamento, sendo mais adequado em casos de serviços contínuos, por evitar que atrasos burocráticos interrompam a oferta de atendimento aos beneficiários do IPAM SAÚDE.
- 2.1.3** **DA NECESSIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL:** Cada interessado deve estar localizado no Município de Caxias do Sul por questões de fiscalização, logística e economicidade. De acordo com o Decreto Municipal nº 14.029/2008, Artigo 17, o atendimento de laserterapia só poderá ser realizado após autorização prévia da Coordenação do Setor de Odontologia do IPAM, emitida mediante perícia inicial.

3

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



4

DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Condições para o Credenciamento

- 4.1.1** O prestador de serviços, pessoa física ou jurídica, será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade CREDENCIAMENTO, de acordo com o previsto no artigo 79, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, e no Decreto Municipal n.º 22.952/2024. Os termos de credenciamento originados deste processo terão por base legal o previsto no artigo 74, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, e no artigo 31 do Decreto Municipal n.º 22.348/2022.
- 4.1.2** Serão credenciados os prestadores de serviço, pessoa física ou jurídica, que preencherem todos os requisitos do Edital e seus Anexos.
- 4.1.3** O Edital e seus Anexos estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no *link*: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> → “Consulte os Dados das Contratações Públicas” → clicar no menu “Contratações” → na “Palavra-chave” colocar o código do IPAM: 929035 → clicar em “Pesquisar” → clicar no Edital de Chamamento Público correspondente a este certame.
- 4.1.4** Os requerimentos de participação, pessoa física ou jurídica, juntamente com a documentação completa, correta, legível e em vigor, exigidas neste instrumento, serão recebidas pelo Setor de Licitações do IPAM mediante cadastro ou atualização do prestador de serviços no SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES - SICAF, do Governo Federal, de acordo com o previsto no Decreto Municipal n.º 22.952/2024.
- 4.1.4.1** No período de vigência do Edital, para esclarecimento de dúvidas, o interessado poderá entrar em contato com o Setor de Licitações do IPAM através dos telefones (54) 3289 5457 ou 3289 5415, ou através do e-mail: certames@ipamcaxias.rs.gov.br. Havendo necessidade de atendimento presencial, a visita deverá ser agendada por meio dos telefones acima informados visando garantir o atendimento individualizado, e evitando a aglomeração de pessoas. O IPAM está situado na rua Pinheiro Machado n.º 2269, Centro, Caxias do Sul, RS, com horário de atendimento das 09h (nove horas) às 16h30min (dezesseis horas e trinta minutos), de segunda a sexta-feira, quando dias úteis.
- 4.1.5** Será permitida a identificação e assinatura digital de documentos (Formulário para Requerimento de Participação/Proposta, Termo de Credenciamento, entre outros) por meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 4.1.6** Concluída a fase de credenciamento e publicados os termos, os credenciados deverão atender aos prazos previstos no Edital e seus Anexos, quanto à entrega de faturas e outros prazos.
- 4.1.7** A apresentação do requerimento de participação vincula o prestador de serviços, sujeitando-o, integralmente, às condições do Credenciamento, inclusive ao aceite dos valores pagos pelo IPAM.
- 4.1.8** Não será efetivado o credenciamento do proponente, pessoa física ou jurídica, que apresentar requerimento de participação em desacordo com o estabelecido no Edital e seus Anexos e/ou apresentar documentação incompleta, incorreta, ilegível, vencida, entre outras situações.

4.2 Habilitação

- 4.2.1** Cada prestador de serviços interessado deverá comprovar os seguintes requisitos de habilitação: Habilitação Jurídica; Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista; Habilitação Técnica e Habilitação Econômico-financeira. A habilitação dos interessados será verificada por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.



4.2.2 Para fins de HABILITAÇÃO, o interessado deverá providenciar ou atualizar seu cadastro no SICAF, no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>. A criação ou atualização de cadastro no SICAF incluirá a disponibilização, via SICAF, dos documentos a seguir relacionados, devidamente ATUALIZADOS e VIGENTES na data do requerimento de participação junto ao IPAM:

4.2.2.1 Certificado de Registro Cadastral - CRC, disponibilizado pelo SICAF.

4.2.2.2 Comprovante que demonstre a SITUAÇÃO DO FORNECEDOR perante o SICAF, sendo que os níveis/documentos de cadastro exigidos para este Credenciamento deverão estar atualizados e em vigor na data do requerimento de participação junto ao IPAM.

O cadastramento atualizado nos níveis I, II, III, IV, V e VI supre as exigências dos artigos 66 a 70 da Lei n.º 14.333/2021. O nível I cumpre o registro cadastral ou credenciamento vigente junto ao SICAF, previsto no artigo 70, inciso II da referida Lei. Para este procedimento serão exigidos os seguintes níveis/documentos de cadastro atualizados no SICAF:

NÍVEL	ARTIGO	HABILITAÇÃO
II	66	JURÍDICA
III E IV	68	FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
V	67	TÉCNICA
VI	INCISO II DO ARTIGO 69	ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para realizar ou atualizar seu cadastramento e incluir sua documentação vigente, o interessado ou quem o represente deverá consultar o Manual do SICAF disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no acesso “Fornecedor” opção “Manuais”. É de responsabilidade do interessado manter sua documentação atualizada e em vigor no SICAF, para fins de habilitação e contratação.

4.2.2.2.1 DOCUMENTAÇÃO EM NOME DA PESSOA FÍSICA:

Para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, o interessado deverá disponibilizar no SICAF os seguintes documentos:

1 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em vigor na data da solicitação do credenciamento junto ao IPAM;

2 Certidão Negativa de Débitos que demonstre regularidade perante a Receita Municipal, em vigor na data da solicitação do credenciamento junto ao IPAM.

Para fins de HABILITAÇÃO TÉCNICA, incluindo documentação complementar, o interessado deverá disponibilizar no SICAF os seguintes comprovantes:

1 Certidão negativa expedida pelo Conselho Regional de Odontologia - CRO/RS, em vigor, em nome da pessoa física, que comprove a regularidade de inscrição no Conselho, a inexistência de penalidade ética e a regularidade financeira;

2 Diploma de Odontologia, expedido por curso superior autorizado e reconhecido pelo Ministério da Educação, em nome da pessoa física e, se Especialista, apresentar a Certidão de Especialidade do



CRO/RS;

3 Registro do odontólogo junto ao Conselho Regional de Odontologia para exercício da Laserterapia;

4 Carteira de identificação da pessoa física expedida pelo CRO/RS;

5 Alvará de Licença para Localização em nome da pessoa física;

6 Alvará de Saúde em nome da pessoa física;

6.1 O IPAM aceitará, para efeito de credenciamento provisório, o Alvará de Saúde vencido e o protocolo de pedido de sua renovação junto à Secretaria da Saúde do Município de localização. O credenciado terá o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do credenciamento para entregar o Alvará de Saúde vigente no IPAM. Caso não seja atendido no prazo previsto, o termo de credenciamento será rescindido com comunicação prévia de 60 (sessenta) dias.

6.2 A declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário somente será aceita mediante a apresentação do Alvará de Saúde do endereço do atendimento. Quando se tratar de locação e/ou sala de terceiros, deverá ser apresentado o Alvará de Saúde em nome do locador, juntamente com uma declaração do responsável técnico do local onde serão prestados os serviços aos beneficiários do IPAM, informando que o requerente (nome e CPF) é locatário do local de atendimento (endereço completo).

7 Formulário para Requerimento de Participação/Proposta, preenchido e assinado, conforme modelo do Anexo I a este Termo de Referência;

8 Comprovante de inscrição no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), onde conste o NIT (Número de Identificação do Trabalhador) e/ou o número de inscrição no PIS (Programa de Integração Social) e/ou o número de inscrição no PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público);

9 Formulário de Declaração Funcional e Declaração de Compatibilidade de Horários ao Servidor, conforme modelo do Anexo IV a este Termo de Referência. Este formulário só deverá ser preenchido e assinado caso a pessoa física seja servidor público.

4.2.2.2.2

DOCUMENTAÇÃO EM NOME DA PESSOA JURÍDICA:

Para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA, o interessado deverá disponibilizar no SICAF os seguintes documentos:

1 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor na data da solicitação do credenciamento junto ao IPAM.

1.1 Em se tratando de contrato social, o interessado poderá apresentar a versão consolidada, devendo a mesma vir acompanhada de todas as alterações posteriores, caso houver.

1.2 O interessado deverá apresentar objeto social com ramo de atividade pertinente ao objeto deste Credenciamento.

Para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, o interessado deverá disponibilizar no SICAF os seguintes documentos:



- 1 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em vigor na data da solicitação do credenciamento junto ao IPAM;
- 2 Certidão Negativa de Débitos que demonstre regularidade perante a Receita Estadual, em vigor na data da solicitação do credenciamento junto ao IPAM;
- 3 Certidão Negativa de Débitos que demonstre regularidade perante a Receita Municipal, em vigor na data da solicitação do credenciamento junto ao IPAM;
- 4 Certificado de Regularidade do FGTS, em vigor na data da solicitação do credenciamento junto ao IPAM;
- 5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em vigor na data da solicitação do credenciamento junto ao IPAM.

Para fins de HABILITAÇÃO TÉCNICA, incluindo documentação complementar, o interessado deverá disponibilizar no SICAF os seguintes comprovantes:

- 1 Certidão negativa expedida pelo Conselho Regional de Odontologia - CRO/RS, em vigor, em nome da pessoa jurídica e em nome do corpo de odontólogos do estabelecimento matriz, filiais e postos de atendimento, sendo que as certidões deverão comprovar a regularidade de inscrição no Conselho, a inexistência de penalidade ética e a regularidade financeira.
- 2 Relação dos profissionais odontólogos que realizarão a laserterapia aos beneficiários do IPAM constando o nome completo de cada um, **registro dos odontólogos junto ao Conselho Regional de Odontologia para exercício da Laserterapia**, o número de inscrição no CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e o respectivo número de registro no Conselho, e informar o número do PIS (Programa de Integração Social) ou o número de inscrição junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).
- 3 Comprovante de responsabilidade técnica perante o CRO/RS, acompanhada da carteira de identificação do CRO/RS, do responsável técnico da empresa.
- 4 Alvará de Licença para Localização em nome da pessoa jurídica, incluindo as filiais e postos de atendimento.
- 5 Alvará de Saúde em nome da pessoa jurídica, incluindo as filiais e postos de atendimento.
- 5.1 O IPAM aceitará, para efeito de credenciamento provisório, o Alvará de Saúde vencido e o protocolo de pedido de sua renovação junto à Secretaria da Saúde do Município de localização. O credenciado terá o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do credenciamento para entregar o Alvará de Saúde vigente no IPAM. Caso não seja atendido no prazo previsto, o termo de credenciamento será rescindido com comunicação prévia de 60 (sessenta) dias.
- 5.2 A declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário somente será aceita mediante a apresentação do Alvará de Saúde do endereço do atendimento. Quando se tratar de locação e/ou sala de terceiros, deverá ser apresentado o Alvará de Saúde em nome do locador, juntamente com uma declaração do responsável técnico do local onde serão prestados os serviços aos beneficiários do IPAM, informando que o requerente (razão social e CNPJ) é locatário do local de atendimento (endereço completo).
- 6 Formulário para Requerimento de Participação/Proposta, preenchido e assinado, conforme modelo do Anexo II a este Termo de Referência.
- 7 Formulário de Declarações, preenchido e assinado, conforme modelo do Anexo III a este Termo de Referência.



8 Formulário de Declaração Funcional e Declaração de Compatibilidade de Horários ao Servidor, conforme modelo do Anexo IV a este Termo de Referência. Este formulário só deverá ser preenchido e assinado caso a pessoa jurídica possua profissional(is) integrante(s) do quadro de colaboradores da empresa, que seja(m) servidor(es) público(s).

9 Documento comprobatório dos dados bancários informados no Formulário para Requerimento de Participação/Proposta, que deve ser da própria pessoa jurídica.

10 Se a empresa requerente for optante pelo SIMPLES NACIONAL, previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, deverá constar da documentação de credenciamento os 2 (dois) comprovantes a seguir:

10.1 DECLARAÇÃO em cumprimento ao inciso XI, do artigo 4.º da Instrução Normativa RFB n.º 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações, conforme modelo constante da própria Instrução Normativa, em seu anexo IV; e

10.2 DECLARAÇÃO contendo a alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, em que a empresa estiver enquadrada.

Para fins de HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, o interessado deverá disponibilizar no SICAF o seguinte documento:

1 Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica, ou seja, da matriz do estabelecimento, em vigor.

4.2.2.3 Para a inclusão de documentos no SICAF, o prestador de serviços poderá utilizar arquivo(s) formato PDF, contendo vários documentos compilados.

4.2.2.4 Finalizada a inclusão ou atualização de cadastro no SICAF, contendo a documentação completa, correta, legível e em vigor acima relacionada, o prestador de serviços deverá comunicar o Setor de Licitações do IPAM, por intermédio do e-mail certames@ipamcaxias.rs.gov.br, que seu requerimento de participação encontra-se disponível no SICAF. No e-mail, o prestador deverá informar a razão social completa e o número de inscrição no CNPJ.

4.2.2.5 O Setor de Licitações retornará comunicado quanto à aprovação do pedido de credenciamento. Havendo divergências na documentação, o prestador de serviços será comunicado para fins de adequação das pendências.

4.2.2.6 Reitera-se que não serão aceitos documentos em desacordo com o solicitado, documentos incompletos, incorretos, ilegíveis, vencidos, entre outras situações.

4.2.3 Documentação não solicitada neste Termo de Referência será desconsiderada para fins de arquivo no respectivo processo administrativo.

4.3 Documentação Necessária para Assinatura de Termo de Credenciamento

4.3.1 Após divulgação da lista de credenciados, o IPAM poderá convocar o Credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão da nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no artigo 95 da Lei n.º 14.133/2021.

4.3.2 O IPAM poderá, conforme demanda e necessidade, convocar o Credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento, para assinar o Termo de Credenciamento ou outro instrumento equivalente, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, sob pena de decair do direito à contratação, sem



prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

- 4.3.3** O prestador de serviços terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para assinatura do Termo de Credenciamento, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo IPAM.
- 4.3.4** O referido prazo poderá ser prorrogado a critério do IPAM, mediante apresentação de justificativa pelo prestador de serviços.
- 4.3.5** Quando convocado para a assinatura do Termo de Credenciamento, o prestador de serviços deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos neste Termo de Referência.
- 4.3.6** A assinatura do Termo de Credenciamento poderá ser por meio da Plataforma PROA - Processos Administrativos e-Gov, desde que a empresa tenha um Certificado emitido por uma Autoridade Certificadora (AC), credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil), na forma da legislação vigente.
- 4.3.7** Os termos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021.

5

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1** Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no tópico Descrição dos Requisitos da Contratação do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1** **Das Condições de Execução**
 - 6.1.1** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 6.1.1.1** **INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**
 - 6.1.1.1.1** A contar da data de publicação de cada termo de credenciamento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
 - 6.1.1.1.1.1** Caso não seja possível iniciar a execução dos serviços na data assinalada, o prestador de serviços deverá comunicar o IPAM das razões respectivas, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pelo Instituto, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
 - 6.1.1.2** **DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
 - 6.1.1.2.1** A prestação dos serviços objeto deste termo será realizada diretamente na sede dos Credenciados, em suas dependências e instalações, nos dias e horários de funcionamento dos mesmos.
 - 6.1.1.2.2** De acordo com o Decreto Municipal nº 14.029/2008, Artigo 17, o atendimento de laserterapia só poderá ser realizado após autorização prévia da Coordenação do Setor de Odontologia do IPAM.
 - 6.1.1.2.3** Para obter a autorização, o beneficiário deverá comparecer ao Setor de Perícia Odontológica do IPAM, com a solicitação e justificativa assinada por oncologista ou radioterapeuta, especificando a necessidade da realização da laserterapia e a quantidade de sessões necessárias.



- 6.1.1.2.4** Ao comparecer com a solicitação, o beneficiário passará por perícia odontológica, que é obrigatória para a liberação do tratamento.
- 6.1.1.2.5** Após a perícia odontológica, o setor de emissão de ordens lançará uma guia de tratamento, momento em que o beneficiário deverá optar pelo serviço credenciado no qual ele pretende realizar o tratamento.
- 6.1.1.2.6** A guia será encaminhada para a Coordenação Odontológica do IPAM, que fará a análise do caso, autorizando ou não o tratamento, de acordo com os pré-requisitos acima citados.
- 6.1.1.2.7** Sendo a mesma autorizada, a guia será liberada no sistema, e o beneficiário poderá se encaminhar para o profissional credenciado para realizar o tratamento.
- 6.1.1.3** LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
- 6.1.1.3.1** Nas dependências do Credenciado.
- 6.1.1.4** MATERIAIS, ESTRUTURA FÍSICA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS
- 6.1.1.4.1** Para a perfeita execução dos serviços, durante toda a vigência contratual, o Credenciado deverá manter recursos humanos, materiais, medicamentos, estrutura física, ferramentas e equipamentos necessários a execução dos serviços.
- 6.1.1.4.2** Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do Credenciado deverá ser comunicada imediatamente ao IPAM, sendo que o descumprimento poderá ensejar a não prorrogação do termo de credenciamento, ou a revisão das condições nele estipuladas.
- 6.2** **Da Garantia Contratual**
- 6.2.1** O período de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.3** **Das Alterações**
- 6.3.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.3.2** O Credenciado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de credenciamento.
- 6.3.3** Registros que não caracterizam alteração do termo de credenciamento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.4** **Das Vedações**
- 6.4.1** É vedado ao Credenciado:
- 6.4.1.1** caucionar ou utilizar este termo de credenciamento para qualquer operação financeira;
- 6.4.1.2** interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do IPAM, salvo nos casos previstos em lei;
- 6.4.1.3** a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, sem autorização prévia;
- 6.4.1.4** cobrar dos beneficiários do IPAM qualquer complementação de valores pelos serviços prestados nos



termos deste credenciamento.

6.5 Do Descredenciamento

6.5.1 O IPAM poderá realizar o descredenciamento quando houver:

6.5.1.1 pedido formalizado pelo Credenciado;

6.5.1.2 perda das condições de habilitação do Credenciado;

6.5.1.3 descumprimento injustificado do termo de credenciamento pelo Credenciado;

6.5.1.4 sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

6.5.2 O pedido de descredenciamento de que trata o subitem 6.5.1.1 não desincumbirá o Credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

6.5.3 Nas hipóteses previstas nos subitens 6.5.1.2 e 6.5.1.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

6.5.4 Se houver a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o Credenciado não regularize a sua situação.

6.5.5 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do IPAM, não será rescindido o termo de credenciamento em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

6.6 Da Extinção Contratual

6.6.1 O termo de credenciamento será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

6.6.2 O termo de credenciamento pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o IPAM, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o termo de credenciamento não mais lhe oferece vantagem.

6.6.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do termo de credenciamento, desde que haja a notificação do Credenciado pelo IPAM nesse sentido com, pelo menos, 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

6.6.4 Caso a notificação da não-continuidade do termo de credenciamento de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6.6.5 O termo de credenciamento pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.6.6 Na hipótese acima prevista, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.6.7 Em caso de extinção do termo de credenciamento, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo aos beneficiários do IPAM, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos para sua ocorrência, sem negligenciar a prestação dos serviços.

6.6.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se



não restringir sua capacidade de concluir o termo de credenciamento.

- 6.6.9** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica credenciada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 6.6.10** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
- 6.6.10.1** balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 6.6.10.2** relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 6.6.10.3** indenizações e multas.
- 6.6.11** A extinção do termo de credenciamento não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei Federal n.º 14.133/2021).
- 6.6.12** O termo de credenciamento poderá ser extinto caso se constate que o Credenciado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do termo de credenciamento, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

7

DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

- 7.1** É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto do credenciamento.
- 7.2** É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.
- 7.2.1** De acordo com o previsto no artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio é viável quando trata-se de licitação. Considera-se, também, que a viabilidade de participação de consórcios em certames acentua-se quando o objeto da licitação for de grande vulto. De acordo com o artigo 6.º, inciso XXII, da Lei n.º 14.133/2021, são considerados “obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)”. Considera-se, ainda, que a participação de consórcios pode aumentar a complexidade do processo, dificultar o controle e a fiscalização das atividades do credenciado, bem como a gestão contratual, e pode aumentar o risco de conflitos de interesse.
- Nesse caso, a vedação justifica-se pelo fato de que o procedimento auxiliar de credenciamento objetiva a seleção prévia de prestadores de serviços de saúde, para posterior contratação individual dos interessados, cujo requerimento de participação for homologado. Os termos de credenciamento a serem firmados terão por base legal a contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, prevista no artigo 74, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021. Justifica-se, também, pelo fato de que a prestação de serviços de saúde requer o controle e a fiscalização individualizados, objetivando garantir serviços de saúde de qualidade para os beneficiários do IPAM Saúde.

8

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1** Para o recebimento do objeto, o IPAM emitirá documento de Designação dos servidores que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/2021.



- 8.2** O recebimento dar-se-á da seguinte forma:
- 8.2.1** Provisoriamente, no ato da entrega dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com o solicitado neste instrumento.
- 8.2.1.1** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser substituído, reparado ou corrigido, no prazo estabelecido pelo Fiscal designado, a contar da notificação do Credenciado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.2.2** Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.
- 8.2.2.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 8.3** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Credenciado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

9

DAS OBRIGAÇÕES DO IPAM

- 9.1** Compete ao IPAM:
- 9.1.1** receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado;
- 9.1.2** fiscalizar, por intermédio de pessoas que designar, o cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, verificando a procedência dos fornecimentos declarados e a realização dos serviços, bem como o controle do volume de despesas, com vistas a não ultrapassarem os limites orçamentários;
- 9.1.3** receber os serviços e atestar a execução, por meio do Setor de Odontologia;
- 9.1.3.1** o recebimento dos serviços não exime o Credenciado de responsabilidades pela perfeição, qualidade, segurança, compatibilidade com o fim a que se destinam e demais peculiaridades dos serviços;
- 9.1.4** comunicar o Credenciado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.5** autorizar a guia de tratamento;
- 9.1.6** efetuar o pagamento ao Credenciado de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos;
- 9.1.7** divulgar no *site* da Autarquia, no Portal da Saúde, os atos administrativos, comunicados e atualizações, inclusive reajuste de valores, pertinentes à prestação de serviços;
- 9.1.8** cumprir e fazer cumprir o presente instrumento.
- 9.2** O IPAM não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Credenciado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



10

DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- 10.1** O Credenciado cumprirá todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.1.1** prestar os serviços em conformidade com o estabelecido nas normas regulamentares do IPAM, nos termos do Código de Ética da Categoria, bem como cumprir e fazer cumprir as normas técnicas administrativas emanadas do Ministério da Saúde e das Secretarias Estadual e Municipal da Saúde;
- 10.1.2** considerar o(s) preço(s) proposto(s) completo(s) e suficiente(s) para a execução do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte do Credenciado;
- 10.1.3** arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do credenciamento, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os serviços, objeto desta contratação;
- 10.1.3.1** entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;
- 10.1.4** manter todas as condições de habilitação, qualificação, e capacidade técnica e operativa exigidas na contratação, durante toda a execução do credenciamento e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.1.5** cumprir fielmente a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.1.6** responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- 10.1.7** não subcontratar o objeto desta contratação, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;
- 10.1.8** comunicar o IPAM, por escrito, com a devida antecedência, durante o período de vigência do credenciamento, qualquer alteração de razão social, se for o caso, endereço, número de telefone, correio eletrônico (e-mail), horários de atendimento, relação do corpo clínico, ou outros dados;
- 10.1.9** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, quando aplicável;
- 10.1.10** designar, em caso de pessoa jurídica, os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos, que estejam vinculados ao Credenciado.
- 10.1.11** reparar ou indenizar os danos que forem causados ao IPAM ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços por ato culposo ou doloso do Credenciado ou de seu empregados, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/2021, bem como, responsabilizar-se por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução dos serviços previstos neste termo;
- 10.1.12** responder, pela obrigação de resultado, na reparação dos danos causados aos usuários e/ou ao IPAM por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas



- sobre sua fruição e riscos;
- 10.1.13** permitir e facilitar o acompanhamento, a avaliação e a auditoria dos serviços credenciados, pelo IPAM;
- 10.1.14** prestar informações sobre a prestação dos serviços;
- 10.1.15** retificar, sem ônus para o IPAM ou usuários dos serviços, quaisquer trabalhos que, por motivos inimputáveis aos beneficiários, mereçam reparação quando identificados em auditoria do IPAM. O prazo para reparação dos serviços será de 15 (quinze) dias após a auditoria final;
- 10.1.16** atender os beneficiários do IPAM com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, oferecendo-lhes toda a infraestrutura e serviços disponíveis estabelecidos no presente instrumento e nos termos e limites da Lei Complementar Municipal n.º 298/07 e suas alterações;
- 10.1.17** proceder rigorosa identificação dos beneficiários do plano assistencial do IPAM sendo que, qualquer despesa decorrente da negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do segurado será de responsabilidade única e exclusiva do Credenciado;
- 10.1.18** verificar a existência de restrição do atendimento ao beneficiário em razão de cumprimento do período de carência, mediante informação a ser fornecida pelo IPAM via Portal de Saúde, ressalvados os atendimentos de emergência ou urgência, os quais não observam carência, nos termos do inciso VI do artigo 16 da Lei Complementar Municipal n.º 298/2007;
- 10.1.19** apresentar documentos que venham a ser exigidos pela legislação superveniente, bem como manter sempre atualizado o prontuário odontológico dos pacientes.
- 10.1.20** averiguar o preenchimento correto da Relação de Procedimentos Odontológicos, evitando rasuras, campos incompletos ou ausência de carimbo e assinatura do dentista. A não observância do disposto acima acarretará o retorno do documento ao Credenciado para regularização;
- 10.1.21** justificar ao segurado ou o seu responsável, por escrito as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste termo;
- 10.1.22** acompanhar, no *site* do IPAM www.ipamcaxias.rs.gov.br e no *link* “Portal da Saúde”, os comunicados do IPAM, as atualizações gerais, inclusive as de reajuste, aos prestadores de serviço.
- 10.1.23** Toda e qualquer prestação de serviços fora do estabelecido neste instrumento será, imediatamente, notificado ao Credenciado que ficará obrigado a substituí-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais serviços, sujeitando-se, também, as sanções contratuais.

11

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1** O termo de credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/2021, artigo 115, *caput*).
- 11.2** A execução do termo de credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designados, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/2021, artigo 117, *caput*).
- 11.2.1** O fiscal designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do termo de credenciamento, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/2021, artigo 117, § 1.º).



- 11.2.2** O gestor do termo de credenciamento coordenará as atividades de fiscalização e decidirá, em primeira instância, sobre as penalidades de advertência ou multa, ficando responsável pelo encaminhamento de documentação pertinente à formalização de renovações, alterações, reequilíbrios, pagamentos, aplicação de sanções, extinção dos termos de credenciamento, dentre outros.
- 11.2.3** As situações que exigirem decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao gestor do contrato, para adoção de medidas convenientes (Lei n.º 14.133/2021, artigo 117, § 2.º).
- 11.3** O Credenciado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução contratual, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo IPAM (Lei n.º 14.133/2021, artigo 120).
- 11.4** As comunicações entre o órgão ou entidade e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (Decreto Municipal n.º 21.763/2021, artigo 7.º, § 2.º).
- 11.5** O Credenciado disponibilizará e facilitará o acesso do IPAM às suas dependências e às informações necessárias para a verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas.
- 11.6** A contratação submete-se ao Decreto Municipal n.º 21.763/2021 e suas alterações.

12

DO PAGAMENTO

- 12.1** Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação, pelo Credenciado, da respectiva nota fiscal dos serviços prestados aos beneficiários do IPAM, conforme condições a seguir:
- 12.1.1** Os pagamentos serão efetuados da forma abaixo, mediante apresentação de nota fiscal, em caso de pessoa jurídica, 5 (cinco) dias úteis antes do último dia útil do mês de competência. A nota fiscal, deverá ser encaminhada para o IPAM no prazo indicado, em arquivos PDF e XML, através do e-mail: notasfiscais@ipamcaxias.com.br. Caso a nota fiscal não seja entregue no prazo previsto, o pagamento dos serviços ficará bloqueado até a regularização da situação e será realizado no dia 15 do mês seguinte ou no primeiro dia útil subsequente, porém respeitado o prazo de cinco dias úteis de antecedência.
- 12.1.1.1** Os procedimentos auditados pelo IPAM, mediante a presença do beneficiário, que deverá estar portando a GTO (Auditoria Final), realizados até o dia 08 (oito) do mês, serão pagos até o último dia útil do mesmo mês;
- 12.1.1.2** Os procedimentos auditados, conforme mencionado no subitem acima, a partir do dia 09 (nove) do mês, serão pagos até o último dia útil do mês subsequente.
- 12.1.2** O procedimento será pago 100% (cem por cento) IPAM conforme o previsto na tabela do subitem 1.1.2.1.
- 12.1.3** É expressamente vedada a cobrança de honorários adicionais, a qualquer título, por parte do Credenciado, em relação aos beneficiários do IPAM.
- 12.1.4** Nenhum pagamento será efetuado ao Credenciado enquanto houver pendência de ajuste no faturamento. Este fato não será gerador de direito de reajustamento de preços ou atualização monetária.
- 12.1.5** A remuneração constante na tabela de procedimento odontológico refere-se ao tratamento concluído independente do número de sessões que o Credenciado julgue adequado ao resultado.



- 12.1.6** A nota fiscal, se eletrônica, deverá ser encaminhada para o IPAM no prazo previsto no item 12.1.1, em arquivos PDF e XML, através do e-mail: notasfiscais@ipamcaxias.com.br. Em caso de nota física, a mesma deverá ser entregue na sede do IPAM, no mesmo prazo.
- 12.1.7** Caso a nota fiscal não seja entregue no prazo previsto, o pagamento dos serviços ficará bloqueado até a regularização da nota.
- 12.1.8** A inadimplência do Credenciado com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao IPAM, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, § 1.º, da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.
- 12.2** O Credenciado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
- 12.2.1** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o Credenciado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o Credenciado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do IPAM.
- 12.3** Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 12.4** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o prestador de serviços apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrito no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo Credenciado.
- 12.4.1** Enquanto o IPAM não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da Portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.
- 12.5** Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- 12.6** A atualização financeira dos valores a serem pagos terá como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, contados desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.
- 12.7** Das Glosas:
- 12.7.1** É reservado ao IPAM, mediante análises técnicas e administrativas, o direito de glosar, total ou parcialmente, os procedimentos apresentados em desacordo com as disposições contidas neste certame, na legislação complementar aplicável e atos normativos pertinentes.
- 12.7.2** Existindo glosas o IPAM se compromete a especificar os motivos, para que o Credenciado tome ciência e possa avaliar a validade das mesmas.
- 12.7.3** Os valores glosados serão descontados pelo IPAM no pagamento da fatura do mês seguinte ao da sua entrega.



13

DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

- 13.1** Os valores constantes da tabela de procedimentos e preços do IPAM poderão ser reajustados anualmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA-IBGE, ou outro que vier a substituí-lo, conforme deliberação do Conselho Gestor do IPAM Saúde.

14

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 14.1** Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

15

DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD, LEI N.º 13.709/2018

- 15.1** O Credenciado fica obrigado a:
- 15.1.1** cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
 - 15.1.2** cumprir com o estabelecido pelo IPAM para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
 - 15.1.3** guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução contratual, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
 - 15.1.4** não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
 - 15.1.5** notificar o IPAM em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) contadas da descoberta da referida violação;
 - 15.1.6** fornecer informações úteis ao IPAM sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
 - 15.1.7** implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

16

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1** Os credenciados, após convocação para assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, e neste Termo de Referência e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 16.2** O Credenciado que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos neste instrumento, em termo de credenciamento ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal n.º 21.763/2021 e alterações e, supletivamente, as previstas no artigo 30 da Lei Municipal n.º 298/2007:



- 16.2.1** ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.
- 16.2.2** MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo IPAM, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:
- 16.2.2.1** para inconformidade LEVE, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o termo de credenciamento, nas seguintes situações:
- 16.2.2.1.1** pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;
- 16.2.2.1.2** pelo retardamento da execução ou da conclusão do objeto da contratação sem motivo justificado.
- 16.2.2.2** para inconformidade MODERADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o termo de credenciamento, nas seguintes situações:
- 16.2.2.2.1** pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- 16.2.2.2.2** pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.2.2.2.3** pela subcontratação de serviços quando não permitidos.
- 16.2.2.3** para inconformidade GRAVE:
- 16.2.2.3.1** será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do termo de credenciamento ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.2.2.3.2** será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na prestação dos serviços, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- 16.2.2.3.3** será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o termo de credenciamento, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.
- 16.2.2.4** para inconformidade GRAVÍSSIMA:
- 16.2.2.4.1** será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o termo de credenciamento, pela inexecução total do objeto;
- 16.2.2.4.2** será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o termo de credenciamento, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 16.2.2.5** pela subcontratação de serviços quando não permitidos será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do serviço executado e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho,



- a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o termo de credenciamento.
- 16.2.3** quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).
- 16.2.4** IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, quando houver, bem como demais cominações legais, quando o proponente:
- 16.2.4.1** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 16.2.4.2** dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;
- 16.2.4.3** dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.2.4.4** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 16.2.4.5** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.2.4.6** não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 16.2.5** IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 6 (seis) anos, quando houver, bem como demais cominações legais, quando o proponente:
- 16.2.5.1** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução contratual;
- 16.2.5.2** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução contratual;
- 16.2.5.3** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.2.5.4** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 16.2.5.5** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1.º de agosto de 2013;
- 16.2.5.6** ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima OU 2 (duas) infrações enquadradas como grave OU 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 21.763/2021 e alterações OU 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, OU, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.
- 16.2.6** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o IPAM pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.
- 16.3** A aplicação das sanções previstas neste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao IPAM.
- 16.4** Todas as sanções previstas neste Instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 16.5** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo IPAM ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia



prestada ou será cobrada judicialmente.

- 16.7** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo estabelecido pelo IPAM, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.8** As multas e seu pagamento não eximirão o Credenciado de ser acionado judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.
- 16.9** Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da ciência da empresa, quando multa moratória, ou da publicação do ato na imprensa oficial, quando multa em razão de inadimplemento, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).
- 16.10** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Credenciado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.11** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.11.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.11.2** as peculiaridades do caso concreto;
- 16.11.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.11.4** os danos que dela provierem para o IPAM;
- 16.11.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.12** No caso de incidência de situações passíveis de sanção, será considerado justificado o inadimplemento por parte do Credenciado, nos seguintes casos:
- 16.12.1** acidentes que impliquem retardamento na entrega do objeto e/ou na reposição do mesmo, sem culpa do Credenciado;
- 16.12.2** falta ou culpa do IPAM;
- 16.12.3** caso fortuito ou força maior, conforme artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 16.13** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 16.14** A personalidade jurídica do Credenciado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Credenciado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 16.15** O Credenciado deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da



sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

- 16.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei n.º 14.133/2021.
- 16.17 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17

DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1 As despesas decorrentes da contratação dos serviços, correrão por conta das dotações orçamentária abaixo indicadas, e na extinção delas, aquelas que vierem a substituí-las:

ÁREA DA SAÚDE DO IPAM

04.02.10.302.0017.2415 / 3.3.90.36.00.00.00.00 1501 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF

04.02.10.302.0017.2415 / 3.3.90.39.00.00.00.00 1501 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ

18

DO PERCENTUAL DE RATEIO CONFORME RESOLUÇÃO DOS CONSELHOS DO IPAM

- 18.1 Esta contratação será 100% para a área da Saúde do IPAM.

19

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 Informações e esclarecimentos sobre o objeto desta contratação poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações do IPAM, pelos telefones (54) 3289 5480, 3289 5415 ou 3289 5457, no horário das 9h às 16h30min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- 19.2 Fazem parte deste Termo de Referência:

ANEXO	DESCRIÇÃO
I	FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO/PROPOSTA PESSOA FÍSICA
II	FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO/PROPOSTA PESSOA JURÍDICA
III	DECLARAÇÕES
IV	DECLARAÇÃO FUNCIONAL

Caxias do Sul, data da assinatura digital.

GUSTAVO DA SILVA MACHADO
Presidente do IPAM
Assinatura digital ao final do arquivo

ÉVERTON NOTARI RIGATTI
Coordenação da Odontologia do IPAM
Assinatura digital ao final do arquivo



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – PESSOA FÍSICA

PROCESSO:	25/9120-0001178-6
MODALIDADE:	Credenciamento n.º 2/2025
OBJETO:	Credenciamento odontológico para procedimento de Laserterapia.

FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO/PROPOSTA

► IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA REQUERENTE

NOME COMPLETO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF:

ESPECIALIDADE(S):

LASERTERAPIA

► ENDEREÇO PROFISSIONAL

RUA: N.º: SALA:

BAIRRO: MUNICÍPIO: CEP:

TELEFONE COMERCIAL: CELULAR COMERCIAL/WHATSAPP:

E-MAIL: CELULAR PESSOAL:

► DADOS COMPLEMENTARES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA PESSOA FÍSICA NO CRO-RS:

N.º DE INSCRIÇÃO NO PIS/PASEP: N.º DE INSCRIÇÃO NO INSS:

NÚMERO DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO: NÚMERO DO ALVARÁ DE SAÚDE:

► DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

BANCO: AGÊNCIA N.º: CONTA CORRENTE N.º:

► EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL:

☐

SIM

☐

NÃO

► HORÁRIO DE ATENDIMENTO:

....., de de 20
CARIMBO E ASSINATURA DA PESSOA FÍSICA REQUERENTE:

Caxias do Sul, de de 20
PARECER E ASSINATURA DA COORDENAÇÃO DO IPAM:



ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – PESSOA JURÍDICA

PROCESSO:	25/9120-0001178-6
MODALIDADE:	Credenciamento n.º 2/2025
OBJETO:	Credenciamento odontológico para procedimento de Laserterapia.

FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO/PROPOSTA

► IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA REQUERENTE

RAZÃO SOCIAL COMPLETA:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ:

ESPECIALIDADE(S):

LASERTERAPIA

► ENDEREÇO PROFISSIONAL

RUA: N.º: SALA:

BAIRRO: MUNICÍPIO: CEP:

TELEFONE COMERCIAL: CELULAR COMERCIAL/WHATSAPP:

E-MAIL: CELULAR PESSOAL:

► DADOS COMPLEMENTARES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NO CRO-RS:

NÚMERO DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO: NÚMERO DO ALVARÁ DE SAÚDE:

► RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF: NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CRO-RS:

► DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

BANCO: AGÊNCIA N.º: CONTA CORRENTE N.º:

► EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL:

☐

SIM

☐

NÃO

► HORÁRIO DE ATENDIMENTO:

....., de de 20
CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA:

Caxias do Sul, de de 20
PARECER E ASSINATURA DA COORDENAÇÃO DO IPAM:



ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA – PESSOA JURÍDICA

PROCESSO:	25/9120-0001178-6
MODALIDADE:	Credenciamento n.º 2/2025
OBJETO:	Credenciamento odontológico para procedimento de Laserterapia.

RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
DATA DAS DECLARAÇÕES:	

DECLARAÇÕES

À Comissão de Contratação do IPAM

Ao requerer minha participação no Credenciamento n.º 2/2025, DECLARO para os devidos fins:

- ▶ Que estou ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- ▶ Que aceito os valores praticados pelo IPAM para pagamento do objeto e declaro que estes valores darão cobertura à integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.
- ▶ Que estou ciente da obrigatoriedade de entrega da documentação completa, correta e em vigor, de acordo com o ato convocatório e seus anexos para fins de validação do requerimento de participação/proposta no credenciamento.
- ▶ Que atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório e seus anexos.
- ▶ Que inexistente impedimento à habilitação da minha empresa e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade credenciante.
- ▶ Que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ▶ Que estou ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do Credenciamento n.º 2/2025.
- ▶ Que cumpro o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- ▶ Que observo os incisos III e IV do artigo 1º e cumprimos o disposto no inciso III do artigo 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- ▶ Que cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

NOME COMPLETO OU CARIMBO E ASSINATURA DO(S) RESPONSÁVEL(IS) LEGAL(IS) DA EMPRESA:



ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO:	25/9120-0001178-6
MODALIDADE:	Credenciamento n.º 2/2025
OBJETO:	Credenciamento odontológico para procedimento de Laserterapia.

NOME / RAZÃO SOCIAL:	
CPF / CNPJ:	
DATA DAS DECLARAÇÕES:	

DECLARAÇÃO FUNCIONAL E DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS AO SERVIDOR

À Comissão de Contratação do IPAM

Eu,,
inscrito no CPF sob o n.º, declaro, para fins de comprovação
junto ao Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM, que sou servidor público municipal e, tendo ciência
das proibições do artigo 242 da Lei Complementar Municipal n.º 3.673/1991, não incorro em nenhuma das proibições
ali contidas, bem como que possuo compatibilidade de horários para os atendimentos referentes ao presente
Credenciamento, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

NOME COMPLETO OU CARIMBO E ASSINATURA DO DECLARANTE: